



Caça Algarve

Maio 2008

BOLETIM OFICIAL DA FEDERAÇÃO DE CAÇADORES DO ALGARVE

EDIÇÃO Nº 56 - DISTRIBUIÇÃO GRATUITA - PERIODICIDADE MENSAL



3

Editorial: O nosso profundo agradecimento...



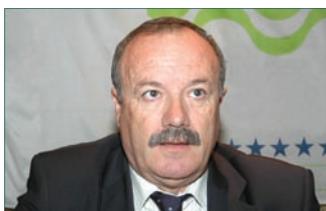
3

SPAM recebeu oferta dos Caçadores algarvios



5

Opinião: A Caça e Conservação dos Recursos Naturais



7

Presidente da Câmara de Portimão entrevistado



8

Ministro Jaime Silva no "Dia dos Caçadores pelo Ambiente"

Ministro da Agricultura cumpre e elogia iniciativa da Federação

"Dia dos Caçadores pelo Ambiente"



"Temos muito a aprender com o Algarve" - declarou Jaime Silva

Feira de Caça, Pesca e do Mundo Rural em contagem decrescente

Estádio Algarve, Parque das Cidades, dias 4, 5 e 6 de Julho

Grande espectáculo musical, com Marco Paulo



www.fcalgarve.pt

NOVO REGIME DE LICENCIAMENTO DA CAÇA

**A PARTIR DO DIA 1 DE JUNHO AS LICENÇAS DE CAÇA PASSAM A SER
EMITIDAS ATRAVÉS DAS CAIXAS MULTIBANCO.**

PARA O EFEITO OS CAÇADORES DEVEM SEGUIR OS SEGUINTE PASSOS:

- **Seleccionar:**
 - Pagamentos e outros serviços
 - Estado e Sector Público
 - Licenciamento da caça
- **Escolher Tipo de licença: Nacional ou Regional e respectiva Região Cinegética**
- **Introduzir números da Carta de Caçador de Identificação Fiscal**
- **Confirmar os dados**



**PARA MAIS INFORMAÇÕES CONTACTE A SUA ASSOCIAÇÃO OU A
FEDERAÇÃO DE CAÇADORES DO ALGARVE**

Telefone: 281 326 469 Fax: 281 324 060 E-mail: geral@fcalgarve.pt

Ordenamento Cinegético

ENTIDADE GESTORA NOME DA ZONA DE CAÇA	FREGUESIAS	CONCELHO	PROCESSO PORTARIA	ÁREA (ha)
CONCESSÕES DE ZONAS DE CAÇA ASSOCIATIVAS (ZCA)				
Associação de Caçadores do Cerro Maio <i>Cerro Maio e Barracolinho</i>	S. Sebastião	Loulé	4851 – DGRF 329/2008 de 28 de Abril	325
RENOVAÇÃO / ANEXAÇÃO DE ZONA DE CAÇA MUNICIPAL (ZCM)				
Clube de Caça e Pesca do Concelho de Aljezur <i>Aljezur</i>	Odeceixe, Rogil e Aljezur	Aljezur	2809 – DGRF 339/2008 de 30 de Abril	21462
EXCLUSÃO DE TERRENOS DE ZCM QUE PASSAM A INTEGRAR ZCA				
Clube de Caça e Pesca Amigos de Alcaria Cova <i>Vale Grande</i>	Estói	Faro	4439 – DGRF 315/2008 de 23 de Abril	173
Clube de Caçadores de Quelfes <i>Quelfes</i>	Quelfes	Olhão	4493 – DGRF 333/2008 de 29 de Abril	12
EXCLUSÃO DE TERRENOS DE ZONA DE CAÇA MUNICIPAL				
Clube Cultural e Recreativo Os Amigos da Carrapateira <i>Carrapateira</i>	Bordeira	Aljezur	3379 – DGRF 341/2008 30 de Abril	59

Novos Associados

285 Sociedade de Caça Turística Rio de Moinhos	Aljustrel
286 Associação de Caçadores Partemato	Faro



Editorial

Uma nova edição da Feira com a reconhecida cooperação das nossas autarquias

Estamos a menos de um mês da realização de mais uma edição da nossa Feira de Caça, Pesca e do Mundo Rural do Algarve, certame que se tornou marcante não só para o sector da caça como noutras vertentes de cariz económico e social, envolvendo o desporto e o lazer.

Vamos, portanto, realizar a 13.ª edição da Feira, cujos pormenores serão amplamente divulgados na próxima edição. Por agora desejo referir apenas que este ano o certame volta a realizar-se no Parque das Cidades, que vai ter algumas boas novidades e que continua a contar com o apoio da maioria das câmaras municipais algarvias, sendo que, são as autarquias de Loulé e de Faro as que assumem o papel de anfitriãs, para naquele espaço do Estádio Algarve em conjunto recebermos os muitos milhares de visitantes que lá esperamos ver nos próximos dias 4, 5 e 6 de Julho.

Quero também deixar aqui uma nota, ainda que breve, de profundo agradecimento ao Senhor Ministro da Agricultura, Dr. Jaime Silva, por ter participado na nossa iniciativa de 1

de Junho, o “Dia dos Caçadores Pelo Ambiente”, bem como as palavras elogiosas que dirigiu aos caçadores algarvios.

Agradecimento muito sentido, também, aos Senhores Presidentes das Câmaras Municipais em geral, e muito particularmente aos de Faro e Loulé. Às restantes entidades que sempre apoiam as nossas iniciativas, confiando em absoluto na prossecução dos nossos ideais, isentos de quaisquer cores políticas, mas bastante carregados de simbolismo e responsabilidade social, o nosso reconhecido agradecimento também.

Na próxima edição do Caça Algarve, a publicar ainda antes da Feira, abordaremos alguns temas de importância vital para o certame, bem como para o Caçador e seu desempenho. Entretanto fica a nota de que já é possível renovar a Licença de Caça pelo Multibanco (ver página 2).

O Presidente da FCA,
(Vitor Manuel Bota Palmilha)



Delegação Distrital da SPEM agradece à FCA Equipamentos entregues no passado dia 16 de Maio

A Federação de Caçadores do Algarve (FCA) concretizou no passado dia 16 de Maio a oferta à Delegação Distrital de Faro da Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla (SPEM) de um televisor e um leitor de DVD.

A cerimónia de entrega destes equipamentos decorreu nas instalações da referida Delegação, na Praça José Afonso, em Faro, tendo contado com a presença de Maria de Jesus Bispo, Coordenadora da Delegação Distrital da SPEM; Cátia Pina, Técnica da referida Delegação, Vítor Palmilha, Joaquim Nunes, Hugo Cabrita e Eduardo Valente, respectivamente, Presidente, Directores e Técnico da Federação de Caçadores do Algarve; João Costa, Director do Departamento de Acção Social da Câmara Municipal de Faro; Francisco Palaré, Delegado do Sotavento da A.P.D.PK; Hélder Carmo, Presidente da CIM Faro; Telmo Ventura, Director Técnico do MAPS; Helena Silva, Voluntária na Delegação de Faro da SPEM e Maria de Fátima Catarino, Associada da re-



ferida Delegação.

De acordo com a instituição beneficiária, esta oferta vai “permitir o desenvolvimento de actividades no Centro de Actividades Lúdicas/Ocupacionais, proporcionando o convívio à nossa população utente, mantendo-

os activos e interessados, com momentos de lazer e distração”.

A Delegação Distrital de Faro da SPEM agradeceu à FCA a oferta dos equipamentos, e a demonstração da sua consciente responsabilidade no plano social.

Aspectos a considerar na renovação de licenças de Uso e Porte de Arma de Caça

Honrando o compromisso que esta polícia (PSP) assumiu para com a revista Caça Algarve, e porque é do interesse de todos os leitores que têm armas na sua posse, vamos abordar algumas situações práticas com que nos deparamos quase diariamente.

É comum algumas pessoas que já não exercem o acto venatório, continuarem a renovar as suas licenças de uso e porte de arma de

Por: Joaquina Rodrigues *

de menos onerosa, tem uma validade de 10 anos, o dobro portanto de uma licença de uso e porte. Tenham sempre em linha de conta que este tipo de licença não admite aquisição e posse de munições, nem as próprias armas podem sair da residência.

Agora importa referir e clarificar alguns procedimentos administrativos que este Núcleo de Armas e Explosi-

ção da Toxicod dependência.

Não convém esquecer que já estão a ser levantados autos de contra-ordenação, no caso das renovações de licença serem efectuadas com data posterior à sua caducidade. Se ultrapassar os 180 dias já incorre o seu detentor na situação de detenção de arma proibida.

Temos conhecimento que existem alguns documentos que demoram cerca de 6 a 8 semanas a serem enviados para os requerentes. Situações há em que demoram vários meses! Os utentes ficam assim preocupadíssimos à espera de declarações porque têm as suas licenças já a caducar.

O ideal será os interessados reunirem toda a documentação para o processo com alguns meses de antecedência. Não o podendo ou havendo o esquecimento, esta polícia, excepcionalmente, está a aceitar a renovação sem qualquer procedimento sancionatório, desde que todos os documentos tenham data até ao limite da validade das licenças. Em caso de documentos que demoram imenso tempo, fazem fé os comprovativos em como essas declarações foram pedidas. A título de exemplo e para melhor compreensão: se um utente se dirigisse a este serviço no dia 15MAI2008, com uma licença caducada em 10MAI2008, e apresentasse todos os documentos que são exigidos com data até 10MAI2008, inclusive, e desses documentos fizerem parte uma declaração da ANSR com data de 14MAI2008, mas cujo comprovativo que atesta o pedido dessa mesma certidão tenha data anterior a 10MAI2008 (data em que caduca a licença), o processo é aceite sem ser assi-

nalada qualquer infracção.

Como já foi dito, não serão aceites processos incompletos. Por isso, se aguardam qualquer documento, desde que tenham pedido os comprovativos, esperem que venham os mesmos e só depois procederão à renovação das licenças. Tenham no entanto em linha de conta, a caducidade de alguns documentos (o registo criminal é válido por 3 meses, todos os outros têm uma validade de 6 meses).

Senhores caçadores, não se esqueçam de um pormenor que para vós é muito importante! Na licença de uso e porte de arma de caça, só é aposto o carimbo de "Título em renovação" (válido por 3 meses e que permite caçar), se o processo der entrada nesta polícia. Mas para isso deverá estar completo.

Quer isto dizer que, para que possam exercer o acto venatório com tranquilidade, deverão começar a olhar para as vossas licenças, observar quando caducam e atempadamente começar a tratar da sua renovação.

Temos a consciência que o processo ainda é moroso e exigente. Esta situação deverá ser abreviada quando entrar em funcionamento o novo Sistema de Gestão de Armas e Munições (SIGAE). Este programa é arrojado e permitir-nos-á, a curto ou médio prazo, estar conectado com o Ministério da Justiça e Autoridade de Segurança Rodoviária, facilitando deste modo a tarefa dos utentes.

No próximo número do CA, e porque entretanto o SIGAE já estará em funcionamento em alguns distritos, prometo dar notícias e falar concretamente sobre a sua implementação.

* *Chefe do Núcleo de Armas e Explosivos da PSP de Faro*



caça porque pretendem manter as armas, seja porque até foi uma herança de um ente querido, ou outros motivos que levam a pessoa a não pretender desfazer-se daquele bem. Muitas das vezes a carta de caçador já não é válida.

Para estas situações aconselha-se a que a pessoa requeira uma licença de detenção no domicílio. Além

vos começou a adoptar por força da nova Lei.

Sempre que um processo de renovação de licença de uso e porte de arma dá entrada nesta polícia, deverá estar completo, ou seja, além dos modelos de requerimento, dele deverão fazer parte o certificado de registo criminal, declaração da ANSR, atestado médico e declaração da Comissão de Dissua-



A Caça e Conservação dos Recursos Naturais

No mundo globalizado em que vivemos, onde a vulgarização e uniformização são o dia-a-dia, importa que tenhamos bem consciência de onde vimos e como aqui chegamos.

O homem, desde que é homem, é acompanhado de uma actividade que sempre foi um misto de meio para subsistir e divertimento. A caça é a mais ancestral actividade exercida pelo homem porque está ligada à sua existência enquanto ser vivo. Importa pois, que tenhamos a consciência de que ao falarmos de caça e de caçadores não estamos a referir-nos a párias ou a ultra-montanos, não estamos a recuperar as vidas rurais e subdesenvolvidas de outrora nem estamos a querer regressar a um passado que nega o cosmopolitismo e a actualidade informacional.

A caça é, nos dias de hoje, um misto de desporto, de actividade económica e de garantia da biodiversidade. A caça é, sem qualquer dúvida, um espaço que deve merecer as atenções dos poderes públicos pelas diversas valências que em si encerra.

A lei em vigor é bem clara ao definir a caça como um recurso natural renovável que deve ser compatibilizado com uma gestão sustentável do território e deve merecer uma gestão criteriosa dos recursos cinegéticos. Ora, seguindo estes princípios, estamos, sem qualquer dúvida, a garantir um desenvolvimento sustentável e a permitir a boa gestão de todos os recursos naturais.

As actividades ligadas à caça representam em termos económicos um valor superior a 300 milhões de euros e empregam directa ou indirectamente cerca de 13 mil pessoas. Para além disso, importa referir que estas actividades estão directamente relacionadas com as actividades económicas dos territórios interiores, com o tu-



rismo rural, em suma, com o desenvolvimento equilibrado do país.

Ao mesmo tempo, as actividades ligadas à caça são hoje um espaço de franco crescimento para o desenvolvimento dos mercados externos de turismo, que estão a fazer coincidir espaços de caça com bom clima e boa “mesa”.

rem o ordenamento venatório e uma boa gestão dos recursos cinegéticos.

Sabemos que o caminho ainda não está completamente trilhado, mas também partilhamos as opiniões de quem considera que foi possível fazer uma pequena revolução num país onde o direito à terra é quase uma doença, onde o emparcela-

tivos que eram detidos, até agora, pela Autoridade Florestal Nacional.

As entidades da sociedade civil passarão a ter um papel decisivo na constituição, renovação e extinção de zonas de caça, passarão a ser centros de informação, passarão a exercer funções ao nível da avaliação da qualidade e quantidade dos recursos. Enfim, passarão a exercer funções que cabem, normalmente à sociedade civil em países onde existe uma verdadeira lógica de contrato-social ou uma importante vivência do interprofissionalismo. Mas caminho que estamos a seguir assume outras urgências para melhor permitirmos a sustentabilidade do sector. Pela primeira vez, tivemos a possibilidade de aprovar um Calendário Venatório que é fruto de uma leitura madura por parte de todos os agentes. A audição das entidades públicas ligadas ao ambiente e das organizações de caça-

As actividades ligadas à caça representam em termos económicos um valor superior a 300 milhões de euros e empregam directa ou indirectamente cerca de 13 mil pessoas.

Esta relação emblemática entre caça e espaço rural é uma garantia de que continuamos a ter “nação” nos territórios mais frágeis e de que essas pessoas, essas gentes, são o melhor alicerçador da sustentabilidade ambiental que todos ambicionamos.

Na última década constatamos uma verdadeira “revolução” no ordenamento cinegético de todo o território continental. Assistimos à transformação de um país onde a caça caminhava a passos largos para a desmoralização, para um regime em que proprietários, caçadores e autarquias locais se uniram no sentido de permiti-

mento de vontades é quase uma inexistência e onde os poderes públicos quase se vencem pela inoperância. O sector da caça deve pois, ser referenciado como um caso de sucesso.

Esta alteração radical precisa agora de ser complementada por decisões de maioria institucional. A assinatura do Convénio entre o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e as Federações e Confederações de Proprietários, Produtores e Caçadores, foi um momento decisivo. Este passo vai permitir a externalização de competências e de actos administra-

dores, em trabalho preparatório, permitiu um equilíbrio que importa relevar.

Também pela primeira vez se assiste a uma mudança na forma de obtenção das licenças de permissão para caçar, de âmbito nacional ou regional. A partir deste ano todos os caçadores nacionais podem obter essa mesma licença em qualquer ponto do território onde exista uma caixa Multibanco. Um passo de gigante na nossa relação com um universo de cerca de 200 mil portugueses.

Ao mesmo tempo se assiste a uma análise dos ins-



trumentos jurídicos ligados ao licenciamento do uso e porte de armas e às actividades de caça, análise esta que permitirá melhorar, sobremaneira, os níveis de confiança entre os agentes.

Poderá parecer desadequada esta referência num espaço em que se quer relacionar a caça com os recursos naturais. Errado. Quanto melhor for o ambiente em que se desenvolve a actividade, mais vantagens temos na defesa da sustentabilidade dos recursos e mais garantias conseguiremos na regulação e na fiscalização.

O território ordenado, em termos de licenciamento para ai se exercerem determinadas actividades de caça, não é, só por si, suficiente. A administração florestal sabe o muito trabalho que importa fazer para concretizar um melhor planeamento e uma melhor gestão.

Os Planos Globais de Gestão carecem de outro enquadramento e de mais simplificação. Importa que possam ser feitos com base em regras claras definidas pelas entidades a quem cabe a administração florestal e a salvaguarda da natureza e do ambiente. Mas mais do que isso, importa que se façam. Esse trabalho, que terá que merecer entendimento por parte das OSC, será objecto de calendarização a partir da consolidação do convénio já assinado.

Em simultâneo se procederá à criação de um sistema permanente de informação sobre o sector, que possibilite a avaliação sócio-económica da actividade e possa integrar as melhores práticas da gestão cinegética.

Por último, não poderíamos deixar de referir a nossa aposta na monitorização das dinâmicas relacionadas com as populações cinegéticas e dos estados

sanitários das espécies. Trata-se, tão só, do mais importante instrumento de salvaguarda e de compatibilização de interesses que garantirá a passagem de um estado de empirismo atípico para o da concretização de leituras assentes em realidades verificadas.

Como já disse, este sector merece uma atenção reforçada por parte dos poderes públicos. Sabemos o muito que há para fazer. Mas também estamos cientes de que há hoje, na nossa sociedade, condições para fazer crescer, sustentadamente, este universo de interesses, de actividades e de vivências.

Ascenso Simões,
Secretário de Estado
do Desenvolvimento Rural
e das Florestas



Protocolo renovado com a Zurich confere mais vantagens ao Caçador

Um novo protocolo de seguros para caçadores e pescadores foi celebrado no passado dia 23 de Abril em Lisboa, entre a Seguradora Zurich e a Confederação Nacional dos Caçadores Portugueses (CNCP), abrangendo a Federação de Caçadores do Algarve e, obviamente, as agremiações e os caçadores seus filiados.

O novo protocolo estabelece melhores condições ao nível da responsabilidade civil para caçadores e para armas, designadamente com custos mais baixos e com coberturas mais alargadas.

Em caso de acidente, o caçador assegurado no âmbito deste protocolo, passará a dispor de capital suficiente para fazer face a custos crescentes com internamentos e tratamentos de terceiros, que sejam atribuídos à sua responsabilidade. Por sua vez, há agora garantia de cobertura de quaisquer acidentes que possam ocorrer no decurso de práticas de carácter venatório, tiro desportivo, e outras que se realizem em campos de treino de caça, como as provas de Stº Huberto.

Este protocolo abrange ainda a cobertura a batedores e mochileiros.

Há ainda que ter em conta que muitos caçadores são igualmente pescadores e que no exercício da pesca podem estar envolvidos em acidentes, como por exemplo atingir um compa-

nheiro com uma chumbada, o que ao abrigo do presente protocolo também passa a ter cobertura, assim como outros acidentes que ocorram no exercício lúdico da pesca desportiva.

Além disso, há também o factor pessoal do segurado, a quem fica igualmente garantida a sua assistência.

O protocolo, que produz efeitos já na presente época venatória abrange o Seguro de Caça e o Seguro de Licença de Uso e Porte de Arma de Caça, conforme quadros seguintes:

De referir ainda que com este pro-

toloco o caçador despende apenas de € 27,51 euros e cumpre todas as obrigações decorrentes da Lei da Caça e da Lei das Armas, com cobertura acrescida, garantia de apoio e assistência de uma Companhia Seguradora com créditos firmados no mercado, e muito especialmente no ramo.

Os caçadores, para beneficiarem das novas condições previstas neste protocolo, devem contactar as entidades onde se encontram filiados, junto das quais podem também solicitar quaisquer esclarecimentos complementares.

Cobertura Base	
- Responsabilidade Civil	200.000,00 €
- Prática de Tiro	14,51 €
- Assistência ao Caçador	
- Pesca desportiva com cana (*)	250.000,00 €
- Batedor/Mochileiro (*)	23,00 €

(*) Coberturas com capital limitado ao máximo de 15.000,00€ por anuidade

Tarifa Uso e Porte de Arma - Federações Caçadores		
Cobertura	Capital	
Responsabilidade Civil	125.000,00 €	
	Ano Seguintes	
Número de Licenças	Prémio Total	redução de tarifa
Caça + 1 Licença **	13,00 €	-34%
Caça+ 2 ou mais licenças	16,35 €	-58%
Observações	** A Licença de Caça inclui a Classe C+ Classe D	



O ideal seria que “todo o território estivesse ordenado”

Os caçadores poderão continuar a desempenhar um papel fulcral

O Boletim Oficial da Federação de Caçadores do Algarve tinha que chegar a Portimão rapidamente para entrevistar o Presidente da Câmara Municipal, Dr. Manuel da Luz, um homem sempre disposto a colaborar com as propostas de âmbito cinegético que lhe são apresentadas e um verdadeiro defensor de causas - um colaborador dedicado e de elevada sensibilidade para aspectos como o meio-ambiente.

Caça Algarve foi entrevistar o edil portimonense e o resultado foi este:

Caça Algarve (CA): Para início desta entrevista gostaríamos que o Sr. Presidente nos falasse da importância do ordenamento cinegético no Concelho de Portimão, primeiro na perspectiva do meio-ambiente e depois na vertente da prevenção aos fogos florestais.

Manuel da Luz (ML): Penso que nos dias de hoje a caça é uma prática consciente e desempenha um papel fundamental no sentido de dinamizar as zonas do barrocal e serra algarvia. Os caçadores fomentam e ajudam o comércio local, abrem caminhos que facilitam o acesso a zonas difíceis, semeiam terrenos para assim alimentar os animais durante todo o ano, promovem o ordenamento dos territórios cinegéticos e com isso desempenham um papel preventivo no domínio dos incêndios florestais e apoiam na divulgação e sensibilização das populações.

CA: O concelho de Portimão tem uma área ordenada de cerca de 14.000 ha, correspondendo a cerca de 74% da área total do município. Considera-a importante e suficiente, ou é possível ordenar ainda mais o concelho?

ML: Considero que a situação



ideal seria a de que todo o território estivesse ordenado. Já foram dados importantes passos a este nível mas acredito que devíamos ser mais ambiciosos, todos ganhávamos se o território estivesse globalmente ordenado e acredito que a este nível as associações de caçadores poderão continuar a desempenhar um papel fulcral.

CA: Gostaria também que se referisse à objectividade da ajuda que a Câmara Municipal de Portimão vem dando às associações e clubes de caçadores do concelho. O que gostaria de ver concretizado no município de Portimão, em termos cinegéticos?

ML: Em primeiro lugar a resposta da autarquia tem sido na proporção das solicitações das associações. Sempre que é pedida a nossa intervenção nós temos respondido de forma a correspondermos aos anseios

das associações. Relembro a cedência de instalações para a Federação de Caçadores do Algarve instalar a sua delegação, entre outros apoios.

Confesso que neste particular a autarquia está, e continuará, disponível para trabalhar com os caçadores naquilo que nos sugerirem em termos de ordenamento cinegético.

CA: Por último perguntamos-lhe: a Feira de Caça, Pesca e do Mundo Rural do Algarve, que se realiza no início do mês de Julho, na sua opinião deverá inovar em algum aspecto? Ou melhor, tem alguma sugestão a fazer?

ML: Penso que os promotores têm demonstrado ao longo dos anos uma dinâmica interessante e atenta às novas realidades do sector, facto que relevo como determinante para a continuação do sucesso deste evento.

“a autarquia está, e continuará, disponível para trabalhar com os caçadores naquilo que nos sugerirem em termos de ordenamento cinegético”

**13.ª Feira de Caça, Pesca e do Mundo Rural - Algarve
4, 5 e 6 de Junho - Estádio Algarve - Parque das Cidades**



Ministro da Agricultura, elogiou a iniciativa da FCA "Dia dos Caçadores pelo Ambiente"

O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Dr. Jaime Silva, esteve no dia 1 de Junho, a participar activamente na jornada de limpeza promovida pela FCA, intitulada "Dia dos Caçadores pelo Ambiente" envolvendo mais de seis mil caçadores de toda a região algarvia.

Por volta das 06:00 horas da manhã os caçadores iniciaram esta terceira jornada e, quando o Ministro Jaime Silva chegou ao terreno já teve oportunidade de ver a grandiosidade da acção prota-

gonizada pelos caçadores. Na Zona de Caça Municipal de Quarteira, a primeira a ser visitada, o governante juntou-se aos caçadores e também apanhou resíduos, ao mesmo tempo que se inteirava da gravidade da situação causada pelo abandono do lixo em áreas agrícolas e de grande potencial cinegético.

No final da jornada teve lugar um almoço no Estádio Algarve em que participaram mais de 600 caçadores, na sua maioria dirigentes associativos, a Governadora Civil do Distrito de Faro,



"Temos muito a aprender com o Algarve" - disse o Ministro Jaime Silva elogiando a Federação de Caçadores do Algarve pela realização da jornada pró-ambiental "Dia dos Caçadores pelo Ambiente" que há três anos se realiza.



O Ministro da Agricultura, Dr. Jaime Silva ao lado do Presidente da FCA, Vitor Palmilha, em plena acção de recolha de resíduos.



Dr^a Isilda Gomes, dos presidentes das Câmaras Municipais de Loulé e Faro, respectivamente Dr. Seruca Emídio e Dr. José Apolinário, o director Regional de Agricultura do Algarve, Eng. Joaquim Castelão Rodrigues, e o Director Geral dos Recursos Florestais, Eng. António Rego, entre outros responsáveis, nomeadamente autarcas e entidades ligadas à agricultura.

Recolha de resíduos em toda a região rendeu cerca de 300 toneladas

A recolha de resíduos metálicos efectuada este ano no no passado dia 1 de Junho em 14 concelhos algarvios, rendeu 329,5 toneladas que estão agora a ser convertidas numa verba a aplicar em acções de solidariedade, através da oferta de equipamentos electrodomésticos, televisores e aparelhagens de som, a instituições algarvias de solidariedade social que cada uma das autarquias vier a sugerir à Federação de Caçadores do Al-

garve para ser contemplada.

Por agora, fica apenas o quadro

dos resultados da recolha efectuada em cada concelho.

CONCELHO	KG	CONCELHO	KG
ALBUFEIRA	5.000	MONCHIQUE	19.000
ALCOUTIM	7.000	OLHÃO	15.000
ALJEZUR	20.000	SILVES	10.000
CASTRO MARIM	60.000	S. BRÁS ALPORTEL	15.000
FARO	15.000	TAVIRA	25.000
LAGOS	13.500	VILA DO BISPO	13.000
LOULÉ	110.000	VILA R. Stº ANTÓNIO	2.000
TOTAL		329.500	



Caça Algarve

PERIODICIDADE MENSAL
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Edição: Federação de Caçadores do Algarve

Praceta das Bernardas, n.º 4 r/c 8800-685 Tavira

Tel: 281 326 469 - Fax: 281324 060

E-mail: fed.cac.alg@clix.pt - <http://www.fc Algarve.pt>

Design, Maquetização, Paginação e Grafismo:

Região Sul 2 - Publicações, Lda.

Betunes 8100-254 Loulé

Impressão e Acabamentos:

Gráfica Comercial - Arnaldo Matos Pereira, Lda.

Zona Industrial - 8100 Loulé

Publicação: Maio de 2008 - Exemplares: 2000